A IMPORTÂNCIA DO COLETIVO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ANTIRRACISTA

SANDOVAL GOMES DOS SANTOS

RESUMO

O presente artigo teve a preocupação de discutir e lançar luzes sobre questões que afetam diretamente o dia a dia das unidades escolares. Um dos desafios é o de se construir uma competência coletiva entre as equipes escolares. Não há dúvida que há muitos talentos e profissionais muito competentes e capacitados nas escolas, no entanto, quando se trata de se alinhar um trabalho coletivo esbarra-se em dificuldades. Por isso, é preciso criar as condições para que o trabalho coletivo, dialogado, planejado, intencional seja cada vez mais estimulado e vivenciado. Uma escola será cada vez mais inclusiva quando seus profissionais

forem capazes de estabelecer vínculos com a unidade, os colegas e os alunos. Buscando sempre o respeito, a escuta, o espaço aberto a todos, pode-se criar uma rede de aprendizados significativos. A postura do educador (entendido aqui como todos os profissionais que exercem seu ofício na unidade) é fundamental para que todos os educandos compreendam a importância da inclusão e de atitudes antirracistas. Uma escola inclusiva combate o preconceito, a discriminação, o racismo, a homofobia e todo tipo de exclusão que ofendem as pessoas e não contribuem para a edificação de uma sociedade mais justa e solidária.

Palavras chave: antirracista; coletivo; projeto político pedagógico; educação inclusiva.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho coletivo é de suma importância em qualquer organização, especial e principalmente na educação é fundamental, já que está se faz com pessoas e para pessoas e, por ser um ser, primariamente social, o humano se faz e constrói na coletividade. Desta forma a investigação e aprofundamento dessa questão se faz necessária para que se possa destacar e lançar bases que sustentarão a construção de uma escola que acolha a diversidade e seja efetivamente inclusiva buscando sempre a excelência do trabalho que tem como foco o aprendizado de todos os estudantes.

2. A IMPORTÂNCIA DO COLETIVO NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

O trabalho coletivo é de suma importância para o sucesso dos objetivos da educação. Um dos instrumentos fundamentais para se alcançar esse objetivo é o Projeto Político Pedagógico. Para seu aproveitamento pleno é preciso conhecer o real significado dos termos: projeto, político e pedagógico. É através da relação dialógica que se pode estabelecer um entendimento comum em meio a diversidade. A construção coletiva é o meio de superar obstáculos e dificuldades que surgem durante o processo.

O grupo escolar precisa acreditar ser possível alcançar o sonho do coletivo, superando as dificuldades e desejos de individualismo. A vivência da participação pode ocasionar a transformação que a escola e a sociedade necessitam. Veiga destaca a questão da significação dos rumos, também chama a atenção para o aspecto pedagógico, centro e sentido de ser da escola, formar o cidadão compromissado, crítico, criativo, participativo e responsável. Construir um projeto implica em definir os objetivos da escola e ações necessárias para alcançá-los. Já Vasconcelos destaca o caráter global do PPP, afirma que é no processo que ele se constrói e define e identidade da escola.

Para Paulo Freire, ensinar é verbo transitivo-relativo. Verbo que pede um objeto direto - alguma coisa - e um objeto indireto - a alguém. Ensinar inexiste sem aprender e vice versa. Vasconcelos chama a atenção para o risco de se excluir o termo político do PPP, isso ocorreria devido ao fato de se desejar excluir o aspecto coletivo desse importante documento que deve ser preparado a muitas mãos. É preciso ter cuidado para não restringir essa preparação a "técnicos especialmente preparados", profissionais da pedagogia. O termo político não deve ser entendido no sentido partidário, mas sim, como forma de participação do cidadão na vida da pólis, assim, toda comunidade escolar deve sentir-se parte integrante da unidade escolar.

Padilha (2005) destaca que ao fazer política na escola passa-se a conhecer os educandos, suas realidades, carências, necessidades, potencialidades e expectativas.

Libâneo (2006) destaca a autonomia da escola trazida pela LDB de 1996, através do PPP a equipe escolar torna-se corresponsável pelo sucesso dos estudantes e da instituição.

Abreu (1999) defende que o resultado da aprendizagem da criança está ligado ao fato de a escola definir seu projeto educacional.

Vasconcelos (2009) coloca que é impossível mudar a prática de sala de aula sem vinculá-la a uma proposta conjunta da escola.

Para Veiga (2007), a construção do PPP vinculada à formação humana significa trilhar caminhos participativos e solidários, visando à construção de uma escola melhor para todos.

Segundo Luck (2008), o ser humano precisa ser reconhecido e se sentir útil no grupo ao qual faz parte e assim, precisa desenvolver seu potencial próprio.

Assim como na sociedade, a instituição escola é o lugar do exercício do poder que se exerce por uns como prazer, por outros de modo não totalmente consciente que fazem parte de um jogo de manipulação.

Para Bourdieu (2001, p. 9),

> Os sistemas simbólicos, como instrumento de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências.

Bourdieu destaca o poder simbólico como dotado de força que pode levar ao conformismo tal como na sociedade de modo geral.

Para Foucault (1979), o poder só pode ser exercido na ação, onde uns se posicionam de um lado e outros de outro lado.

Segundo Freitas (2008), as relações de poder são fenômenos inerentes as relações sociais, assim, a escola, sendo uma organização social, também contribui para a manutenção dessa compreensão. No entanto, é necessária uma mudança de compreensão e para isso, deve-se promover no interior da escola a gestão democrática e participativa. Tomar decisões de cima para baixo, de forma autoritária, faz com que a equipe gestora tome para si a responsabilidade que seria do todo. Isso quer dizer que os acertos seriam vistos apenas como da equipe gestora e também os erros, criando no interior da unidade um clima de rivalidade. Veiga, destaca que a luta da escola é para a descentralização em busca de sua autonomia e qualidade. (VEIGA, 1995, p. 18).

O processo participativo precisa ser de fato, ou seja, deve-se acreditar nele, não o realizar apenas nas aparências, mas em profundidade, isso exige mudança. Paro (2001) salienta a participação como processo democrático que se constrói no caminhar. Esse é um caminhar que deve ser contínuo e aprimorado constantemente.

A participação efetiva e ativa dos atores envolvidos com a unidade escolar faz com que seus membros se tornem corresponsáveis pela construção de uma escola que responda com maior eficácia aos desafios atuais.

Lima (2002), afirma que a escola pronta a responder aos desafios atuais, é uma escola feita em co-construção, em que seus atores, exercendo sua cidadania participam ativamente.

A educação é o lugar do sonho, da utopia, não enquanto algo impossível de acessar ou construir, mas enquanto um vir a ser. Paulo Freire, destaca a importância do diálogo para a concretização do sonho que se quer sonhar. Para Freire (1971), a vivência do diálogo é capaz de transformar a realidade. Já para Sacristán (2000), sem sonho não há educação. Imbernón (2000) chama a atenção para a necessidade de construir um PPP que permita à escola abrir-se para a comunidade da qual faz parte, construindo uma comunidade aprendente, onde o monopólio do saber pela escola não existe mais. O PPP deve ser construído a muitas mãos, ouvindo-se muitas vozes.

Paro (2001) afirma que a descentralização do poder não tira poder do diretor, mas faz com que a responsabilidade seja dividida. Ou seja, a escola ganha poder com a divisão do poder e se torna mais forte e democrática, onde não prevalece a ideia ou visão de uma única pessoa, mas o coletivo constrói em corresponsabilidade uma escola participativa.

Já para Oliveira (2005), é na partilha e construção coletiva do PPP da unidade, bem como nas decisões compartilhadas que se pode encontrar solução para muitos problemas, como por exemplo a violência.

Portanto, a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, é um passo importante para possibilitar que as diversas vozes do interior da escola sejam ouvidas e consideradas para que o espírito de corresponsabilidade seja cultivado e ganhe força e assim a escola, a partir dessa força do coletivo seja construída e aprimorada a cada dia.

Todo esse movimento, que visa qualificar o trabalho da escola e de seus profissionais de modo individual, traduzem-se em resultados para os estudantes. Ou seja, o maior beneficiado será o estudante confiado à instituição e por conseguinte a sociedade que se edificará a partir da melhor formação de suas crianças, adolescentes, jovens e adultos.

2.1. EDUCAÇÃO, PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, DIVERSIDADE - EM FOCO A EDUCAÇÃO ESPECIAL

O direito à educação de todos os indivíduos, inclusive daqueles que há muito tiveram esse direito cerceado, os estudantes

com necessidades educacionais especiais, deve ser garantido e resguardado pelos atores educacionais e pela sociedade como um todo. É fundamental que os PPPs das unidades sejam preparados a partir dessa preocupação, respeitando-se os preceitos legais, desde a Constituição Federal, LDB de 1996, assim como as demais legislações que versam sobre o assunto.

O direito à educação, de todos os indivíduos, inclusive aqueles com deficiências, deve ser garantido e efetivado pelo poder público através das instituições escolares. Neste contexto,

... a educação tornou-se um dos requisitos para que os

indivíduos tenham acesso ao conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade, constituindo-se em condição necessária para se usufruir outros direitos constitutivos do estatuto da cidadania. (Oliveira 2007, 15)

Historicamente sob o genérico adjetivo especial dado à educação de pessoas com deficiências, altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento, homogeneizou-se tais categorias estabelecendo-se critérios únicos para seres sociais e históricos diferentes, da mesma forma não se diferenciando os processos de trabalho e de ações pertinentes às necessidades específicas de cada deficiência, altas habilidades ou transtorno global do desenvolvimento. Convencionou-se nomear todos como público alvo da educação especial ou pessoas portadoras de necessidades especiais, quando na realidade há uma grande variedade de condições, situação social, condições de acesso, classe social entre outros. Assim, há uma homogeneização de tratamento e de ações, não se considerando a situação específica de cada caso.

Percebeu-se uma elevação do número de matrículas de pessoas com deficiências ou altas habilidades superdotação, na escola comum, no entanto, isso é um primeiro passo de muitos que ainda devem ser dados para a plena inserção dessas pessoas na sociedade. Será que estando matriculadas na escola comum, têm garantido todos os seus direitos e estão prontos a se livrarem das armadilhas da exclusão e desigualdade social? Certamente essa discussão deve ser aprofundada em toda sociedade e principalmente junto aos educadores para que sejam buscados meios de qualificação do atendimento a essas pessoas.

De acordo com TELLES, a construção de parâmetros que compõem e constroem os indicadores apresentam a discussão dos padrões de igualdade-desigualdade, da exclusão/inclusão social, indicam os mínimos sociais estabelecidos pelos grupos, as ambivalências contidas nos microdados e micro referências, especialmente os debates sobre a pobreza (2003).

A questão da igualdade-desigualdade, exclusão-inclusão sempre está presente no cotidiano dos docentes. Muito se falou e fala-se ainda a respeito da efetividade, condições das unidades escolares públicas, preparo dos professores no atendimento aos alunos com deficiências. Entra-se, assim na discussão ética, legal e de direitos humanos no atendimento aos alunos com deficiências. Passados alguns anos após a aprovação de leis e do entendimento que esses alunos devem estar matriculados na sala comum, convivendo e aprendendo com todos os outros estudantes, há uma maior aceitação por parte dos docentes em relação a inclusão e educação especial. No entanto, há ainda muitas barreiras a serem superadas e uma delas é a questão da acessibilidade e condições das unidades escolares em receber esses meninos, meninas, jovens e adultos.

2.2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A criança deve ser compreendida na sua totalidade e condição de vida que apresenta no momento, sendo extremamente dependente do adulto. Necessita ser cuidada e tratada com toda atenção, amor e carinho, pois comprovadamente esses valores imateriais fazem toda diferença em seu desenvolvimento emocional e cognitivo. Sabe-se que quando uma criança é privada do amor na primeira infância, carrega marcas indeléveis para o resto de sua vida. Ou seja, o adulto que se tornará depende do tipo de infância que teve onde os sentimentos e emoções têm papel importante. Além, é claro, do acesso às condições materiais que permitirão um crescimento saudável, fisicamente falando. A escola é uma das instituições que fazem parte da rede de proteção à criança e ao adolescente e por excelência tem a missão de preservar o bem estar das crianças confiadas aos seus cuidados. É na escola que a criança irá construir vínculos de convivência com outras crianças e compreender o sentido de coletividade. Na escola as primeiras experiências com os coleguinhas podem permitir-lhe enxergar o mundo a partir da ótica do coletivo. Dessa forma, a qualidade da vida infantil está também associada a vivência com os colegas pois é através da interação que o ser humano se faz humano, se constrói e evolui. No Brasil, segundo o último censo de 2011, 24 mil crianças e adolescentes viviam em situação de rua. Na capital paulista, segundo o portal Brasil de fato, o número de crianças e adolescentes vivendo em situação de rua, mais do que dobrou em 15 anos, passando de 1842 em 2007 para 3759 em 2022. Isso mostra que essas crianças estão privadas das necessidades mais básicas de sobrevivência e de uma vida que lhe ofereçam as condições adequadas para um crescimento saudável em todos os sentidos. Além disso, há um grande contingente que mesmo não estando em situação de rua

não têm a sua disposição os meios materiais de que necessitam para viver e crescer bem. Assim, o atendimento clínico se torna ainda mais dificultoso dadas as condições inadequadas de vida que se encontram boa parte da nossa infância.

Ao realizar o diagnóstico de estudantes com deficiência há que se considerar o tipo de deficiência que apresenta em relação as atividades e desafios propostos para que ele se desenvolva e possa demonstrar evolução em seu aprendizado. Considerar também como a turma recebe e trata esse estudante que apresenta deficiência, mas que não pode ser visto como incapaz ou inferior aos demais. Ademais, é necessário que o professor considere sua condição de aprendizado, em que momento está, qual a velocidade de assimilação, quais condições de apropriação do saber. Ou seja, considerá-lo em sua individualidade e promover situações para sua evolução no aprendizado.

As teorias do desenvolvimento infantil estão baseadas em estudos de Piaget, Vygotsky e Wallon. Para Bock, Furtado e Teixeira, 2008, "a Psicologia do Desenvolvimento pode ser definida como a área que estuda o desenvolvimento humano em todos os seus aspectos: físico-motor, intelectual, afetivo-emocional e social, compreendendo desde o nascimento até o fim da vida." Ou seja, as ações, personalidade formada, conceitos construídos, modos de portar-se e se colocar diante das situações do dia a dia, refletem aquilo que sua estrutura mental e cognitiva enxerga do mundo em que vive a partir das experiências que vivencia. É um constante buscar-se equilíbrio para compreender e se situar no mundo. Essa visão se aproxima da de Piaget, pois para este o sujeito constrói seu conhecimento a partir da busca de equilíbrio dos desequilíbrios experimentados no meio. Hoje, sabe-se que o desenvolvimento humano ocorre em fases e que a criança não é um adulto em miniatura como se imaginava num passado remoto. Que a fase anterior influencia a subsequente e a atual pode definir a próxima. Se faz necessário compreender o sujeito em sua complexidade, como pontuou Wallon, para quem a construção do sujeito se dá pela interação deste com o meio de modo complexo. Opondo-se a reducionismos e propondo o estudo da criança em seus vários aspectos, emocional, social, afetivo, para Wallon o ser humano é por natureza um ser complexo e apresenta características únicas em seu desenvolvimento. Vygotsky, nomeou a consciência como as funções psicológicas superiores. Isso torna seu desenvolvimento único e complexo pois algumas funções como memória, linguagem, lembrança voluntária, abstração, raciocínio dedutivo, capacidade de planejamento, imaginação, entre outras, são possibilidades que nos diferenciam de outros animais e entre nossos pares, ainda, nos tornam únicos e identificáveis, diferenciando-nos uns dos outros. Assim, o desenvolvimento humano que inicia no nascimento e termina na morte do indivíduo, ocorre de modo global e para que seja pleno deve envolver os vários setores da sociedade (família, escola, igreja, clube, sindicato...) com os quais o indivíduo irá conviver e que definirão sua personalidade e seu ser no mundo.

A solução de problemas em âmbito escolar passa pela atitude de receptividade e tratamento dado aos casos os quais se deparam os educadores. Não se trata de procurar receitas ou práticas prontas e estanques para proceder ao atendimento, mas sim, para cada situação buscar compreender a causa original do conflito e a partir daí realizar os encaminhamentos. Trata-se de enxergar os problemas atuais à luz da sociedade na qual se vive hoje, fortemente marcada pela tecnologia e meios digitais o que evidencia cada vez mais a necessidade de se desenvolver conhecimento para iluminar as ações do dia a dia. Para Aquino (1996, p. 40) “embora o fenômeno da indisciplina seja um velho conhecido de todos, sua relevância teórica não é tão nítida”. Isso significa que os que precisam dar tratamento e solução aos conflitos surgidos no interior da escola devem se municiar de cabedal teórico para que sua prática seja fundamentada e através desse tratamento possibilitar aos estudantes também construir conhecimento a partir das crises vivenciadas. O conhecimento fundamental e primordial nesse caso é a compreensão de que a vida em sociedade e em grupo exige certas renúncias em prol do coletivo e que sempre se deve orientar pelo bom senso e o diálogo. Para De La Taille (1994, p.120) “se desde cedo a criança aprende que há limites a serem respeitados, aos poucos ela própria vai compreendendo que as regras são como contratos estipulados para que todas as partes sejam beneficiadas”.

2.3. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: BREVE HISTÓRICO DA LUTA DO NEGRO NO BRASIL

O documento Educação Antirracista - Orientações Pedagógicas: povos afro-brasileiros da Secretaria Municipal de Educação, está em consonância com a Lei nº 10.639/2003, que altera a LDB 9.394/96 e aponta a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na escola. A partir do compromisso com a tríade: Educação Integral, Equidade e Educação Inclusiva, dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Este material convida a um movimento de desvelar práticas e convoca ao compromisso com a equidade, a partir de uma educação antirracista, indicando a existência de múltiplas narrativas e, finalmente, permite-nos refletir acerca do combate ao racismo, a partir de práticas antirracistas, além de indicar caminhos possíveis para o debate e a resolução de conflitos.

A Lei nº 10.639/2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996 e inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em todos os componentes curriculares e níveis de escolarização, representa uma conquista histórica do movimento social negro brasileiro que, durante décadas, protagonizou momentos de lutas, reivindicações e manifestações, com o objetivo de construir uma educação inclusiva, democrática e antirracista.

O Currículo da Cidade (2017) estrutura-se a partir de três conceitos orientadores:

- Educação Integral: que considera o desenvolvimento integral dos(as) bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos(as) suas dimensões intelectual, social, emocional, física e cultural;

- Equidade: que respeita as individualidades e possibilita os direitos de aprendizagens a todas e todos;

- Educação Inclusiva: que respeita e valoriza as diferenças, reconhecendo o modo de ser e pensar de cada bebê, criança, estudante jovens e adultos(as).

A SME-SP desde a publicação da lei 10639;2003 empreende esforços para sua implementação. Além da formação continuada de seus educadores e educadoras, adquiriu livros e materiais com a temática do racismo, além de jogos como mancala, awele e onça, assim como materiais orientadores e a criação do Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais – NEER.

A Lei nº 10.639/2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996 e inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em todos os componentes curriculares e níveis de escolarização, representa uma conquista histórica do movimento social negro brasileiro que, durante décadas, protagonizou momentos de lutas, reivindicações e manifestações, com o objetivo de construir uma educação inclusiva, democrática e antirracista.

Uma das principais lutas da população negra após a abolição, era tornar-se cidadão. Ou seja, conquistar os mesmos direitos que o povo branco, deixar de ser discriminado e sofrer perseguição. A professora e pesquisadora Nilma Lino Gomes, destaca que o alto índice de analfabetismo e a lenta inserção nas escolas oficiais, retardava em muita sua inserção no mundo do trabalho.

Em 1854, foi publicada no Brasil uma norma que estabelecia o aceite de estudantes de qualquer "cor" em instituições de ensino, desde que fossem livres. Mesmo assim, registros históricos apontam que havia segregação de alunos pretos e pardos em escolas oficiais.

A professora e historiadora Adriana Maria Paulo da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco, apresenta, em sua pesquisa, a existência de um espaço destinado exclusivamente para crianças pretas e pardas.

Os registros de discriminação de crianças de cor preta deixam claro o sofrimento sentido por elas. Pais de crianças brancas orientavam seus filhos a não se ombrearem com as crianças de cor preta ou parda. Por isso, as famílias de crianças não brancas, davam preferência a que seus filhos estudassem em escolas exclusivas para o atendimento a esse público. Ocorre que essas unidades escolares eram particulares o que dificultava o ingresso da grande maioria. Isso demonstra a preocupação dos pais de que seus filhos estudassem em ambientes seguros, onde não seriam humilhados, desprezados e tratados como inferiores.

Historicamente os movimentos negros sempre lutaram para mudar a realidade das populações negras no Brasil. No pós-abolição e primeiras duas décadas do século vinte, esses movimentos, como a Frente Negra Brasileira (1931) criaram mecanismos de escolarização como a alfabetização de jovens e adultos com cursos e escolas que atendessem esse público.

As manifestações realizadas pelo Movimento Negro Unificado, no final da década de 1970 e início de 1980, contavam com a reivindicação do ensino da cultura e história do continente africano e da luta do negro no Brasil, a exemplo de Congresso ocorrido no ano de 1950. Como se vê, a educação foi historicamente pleiteada pela população negra brasileira, por meio de militância e luta.

Em novembro de 1995, na Marcha "Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida", contou com mais de trinta mil participantes. Representantes foram recebidos pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e lhe entregaram o "Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial". Nesse documento, constavam propostas para educação.

Em 2003, a Declaração e o Plano de Ação da Conferência de Durban tornaram-se referências mundiais e serviram de subsídio para que o mundo se atentasse para a necessidade de se elaborar ferramentas de eliminação do racismo, da xenofobia e de outros modos de discriminação e de intolerância correlatos. Nesse mesmo ano, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial- SEPPIR, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos, foi criada em âmbito federal, com o objetivo de desenvolver políticas públicas de promoção da igualdade racial. Nesse cenário, o Brasil criou o Estatuto da Igualdade Racial, o qual, após anos de debates no plenário legislativo, foi aprovado sob a Lei n° 12.288, de 20 de julho de 2010.

Diante desse cenário, a Secretaria Municipal de Educação compreende e reconhece a importância do Movimento Negro nos processos de garantias de direitos à população negra. Em relação aos marcos legais, entende-se que a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, inaugura um cenário propício à discussão da educação para as relações étnico-raciais.

Considerando o histórico de construção coletiva, que culminou na promulgação da Lei nº 10.639/03, o fato de estarmos na Década Internacional das Nações Unidas para os Afrodescendentes (2015-2024), bem como os princípios da Agenda 21 e o compromisso da Cidade de São Paulo com uma educação de qualidade e antirracista, a SME realizou a escrita de Orientações Pedagógicas, que têm como objetivo central subsidiar práticas de todas as educadoras e educadores da Rede Municipal de Ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é uma como uma linda plantinha que precisa ser cuidada, regada, podada, tratada com toda atenção e carinho. Isso imprime aos educadores uma carga de responsabilidade importante. Trata-se de um processo contínuo que deve estar em constante evolução. O ser humano é sempre inacabado, está em constante evolução, construção e aprimoramento. Exatamente por não atingir a perfeição está condenado ao processo evolutivo. Assim também, a educação está nessa trilha de processo contínuo e busca de perfeição constante. Daí a importância da tríade ação-reflexão-ação, pois é preciso que a práxis pedagógica seja problematizada para que possa galgar patamares mais altos.

O processo democrático e participativo que rege a educação pública é o meio pelo qual o trabalho coletivo pode se efetivar. A inclusão verdadeira ocorre quando os educadores têm atitudes e práticas acolhedoras e de escuta. Assim, o racismo, preconceito e discriminação não terão espaço e serão esquecidos nas relações interpessoais nas unidades educacionais e na sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. Escola Vivida, escola projetada. Campinas: Papirus, 1992. GAUTHEIR, Clermont, et. Al. Por uma teoria da pedagogia. Ijuí(RS): Editora UNIJUÍ, 1998.

IMBERNÓN, Franscisco (org). A educação no século no século XXI: os desafios do futuro imediato, trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2006.

LIMA, Licínio. Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. São Paulo: Cortez, 2002. LUCK, Heloísa. A Gestão participativa na escola. Petrópolis: Vozes, 2008. OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens. Petrópolis: Vozes, 2005.

PADILHA, Paulo Roberto. Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2005.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ática, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad Editora, 2009.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da escola: Uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995. _____. Quem sabe faz a hora de construir o projeto político pedagógico. Campinas: Papirus, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica nº. 2/2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Especial – Dados Censitários. www.mec.gov.br em 01 de dezembro de 2007.

CANDAU, V. Educação e inclusão social:desafios para as práticas pedagógicas, XIII ENDIPE. UFPE. Recife. 2006

Indicadores da qualidade na educação. Ação afirmativa, PNUD, UNICEF, INEP. São Paulo, 2004. In www.acaoeducativa.org.br.

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CURY, C.R.J. Direito à Educação: Direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho 2002.

VEIGA-NETO, A. Incluir para saber. Saber para excluir. Pró-Posições: Dossiê

Educação Especial e políticas inclusivas. Campinas: Faculdade de Educação, v. 12, no 2-3 (35-36), p. 22-31, jul-nov. 2001.

OLIVEIRA, R. P. de O direito a educa-

ção. In OLIVEIRA, R. P. de e ADRIÃO, T. (orgs) Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição federal. São Paulo: Xamã, 2007.

PARO, V. H. Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino. 23ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2000.

BRANDÃO, Ana Paula (org.). Saberes e fazeres: modos de fazer. Rio de

Janeiro: Fundação Roberto

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Relatório de monitoramento global da Educação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura 2019.

Brasília: UNESCO, 2019.

CARREIRA, Denise; SOUZA, Ana Lúcia Souza. Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola. São Paulo: Ação Educativa, 2013.

SILVA, Silvane. O amor como ponte para a aprendizagem. Em: MOULIN, Gabriela, CARNEVALLI,

Felipe, ROSENBURG, Marcela, LAGOEIRO, Vítor (Orgs.). Avizinhar Fabulações. Belo Horizonte:BDMG Cultural, 2021. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1kPHzSQi05ipSR7K3Qh2hSh6Jj1slEDJ7/view

BRANDÃO, Ana Paula (coord.). Saberes e fazeres: modos de ver. Rio de Janeiro: Fundação